cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112

Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2022.08.11 05:50:38 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VI • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 11 de agosto de 2022 • Nº 1375 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Direito & Justiça

Decisão do TST põe em xeque diversas terceirizações

PÁGINA 4

IBGE

Vendas no varejo caem 1,4% em junho

O comércio varejista no país registrou queda de 1,4% no volume de vendas, na passagem de maio para junho. Esta é a segunda redução seguida no setor, que, com isso, acumula retração de 0,8% em dois meses, na comparação com o bimestre anterior. Os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o instituto, o resultado de junho é o pior desde dezembro, quando as vendas registraram queda de 2,9% na comparação mensal. No acumulado do ano, houve alta de 1,4% frente ao mesmo período de 2021. Já nos últimos 12 meses, a perda foi de 0,9%. Na comparação com junho do ano passado, a queda foi de 0,3%. De maio para junho subiu 0,2%, em relação ao mesmo período de 2021 a alta é de 17,1%, o acumulado de 2022 é de 16,9% e no acumulado de 12 meses a receita nominal do comércio subiu 13,5%. PÁGINA 2

ORÇAMENTO SECRETO

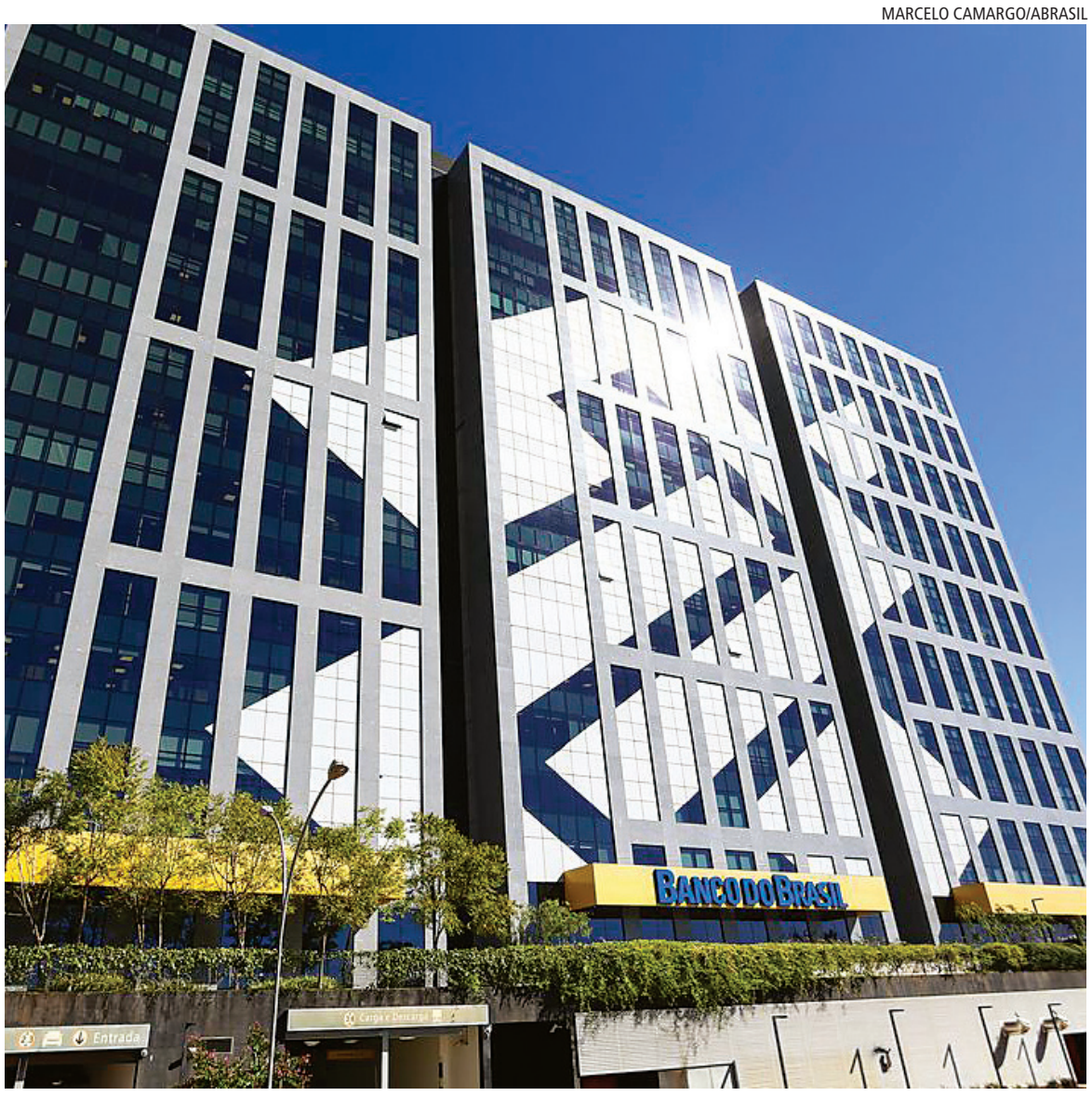
Bolsonaro mantém na LDO emendas do relator

O presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou, com vetos, ontem a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que dá as bases para a elaboração do Orçamento de 2023 -o primeiro de quem for eleito na corrida presidencial. Como informou o jornal Folha de S.Paulo na terça-feira, Bolsonaro manteve o uso das emendas de relator, que são distribuídas por critérios políticos e permitem que congressistas mais influentes possam abastecer seus redutos eleitorais. Essa verba deverá ficar em R$ 19,4 bilhões. Em um dos vetos, o presidente barrou um dispositivo que tiraria poder do relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), que é aliado do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). PÁGINA 2

BALANÇO

Banco do Brasil lucra R$ 7,8 bilhões no segundo trimestre

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



O BB (Banco do Brasil) reportou lucro líquido ajustado de R$ 7,8 bilhões no segundo trimestre de 2022, o que equivale a um crescimento de 54,8% na comparação com o mesmo período do ano passado e de 18% em relação ao trimestre imediatamente anterior, segundo balanço divulgado ontem. No acumulado do primeiro semestre, o lucro foi de R$ 14,4 bilhões, alta de 44,9% ante o mesmo período do ano passado. O resultado levou o banco a revisar a projeção para a expansão do lucro no ano de 2022, de uma faixa entre R$ 23 bilhões e R$ 26 bilhões, para entre R$ 27 bilhões e R$ 30 bilhões. A carteira de crédito do banco público alcançou R$ 919,5 bilhões ao final de junho, um aumento de 19,9% no ano contra ano e de 4,1% na margem. Considerado o intervalo de janeiro a junho, a carteira de crédito do BB cresceu 20,8%, com a projeção para a evolução no ano passando de uma faixa entre 8% e 12%, para entre 12% e 16%. "A elevação sustentável e saudável do crédito é um dos pilares do resultado apresentado", diz o banco no relatório de resultados. A carteira pessoa física cresceu 14,1% frente a junho de 2021, para R$ 274,5 bilhões, com destaque para a performance positiva das modalidades cartão de crédito (crescimento de 51,7% na comparação anual), empréstimo pessoal (29,3%) e crédito consignado (10,5%). No trimestre, a carteira cresceu 2,1%.

OBRAS DE ARTE

Filha é presa acusada de roubar da mãe R$ 720 milhões

Uma mulher foi presa no Rio de Janeiro sob suspeita de roubar da própria mãe mais de R$ 720 milhões em obras de arte. Entre os quadros estão obras de Tarsila do Amaral e Di Cavalcanti. Também foram roubadas joias e feitas transferências bancárias. A idosa, Genevieve Rose Coll Boghici, tem 82 anos e foi mantida em cárcere privado por cerca de um ano. A suspeita dos crimes é sua filha, Sabine Boghici, que tentou carreira como atriz e cantora e ostenta um ativismo ferrenho de protetora de animais. Ao todo, quatro pessoas foram presas por agentes do DEAPTI (Delegacia Especial de Atendimento à Pessoa da Terceira Idade), e um homem e uma mulher estão foragidos. PÁGINA 4

EMBAIXADORES

GABRIELA BILÓ/FOLHAPRESS

MPE vê propaganda em fala de Bolsonaro e pede que seja multa

O MPE (Ministério Público Eleitoral) pediu ontem para o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) multar o presidente Jair Bolsonaro (**foto**) por propaganda eleitoral antecipada e a retirada da internet de discurso contra as urnas durante reunião com embaixadores estrangeiros. Em 8 de julho, Bolsonaro reuniu embaixadores estrangeiros e repetiu teorias da conspiração sobre as urnas para tentar deslegitimar o processo eleitoral. Neste encontro, o presidente repetiu insinuações golpistas e ataques ao TSE e ao STF. No documento enviado ao TSE, o vice-procurador-geral eleitoral, Paulo Gonet Branco, afirma que o discurso tem "o propósito de desacreditar a legitimidade do sistema de votação digital que será empregado nas eleições vindouras e que tem sido adotado desde 1996." PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: 1,46% / 110.235,76 / 1.584.71 / Volume: 28.733.565.267 / Quantidade: 4.359.597

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
IRBBRASIL REON NM	2.44	+8.93	+0.20
JHSF PART ON NM	6.37	+7.97	+0.47
BANCO PAN PN N1	7.43	+8.15	+0.56
AMERICANAS ON NM	14.66	+7.64	+1.04
MAGAZ LUIZA ON NM	3.29	+6.82	+0.21

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
COPEL PNB N2	7.17	–1.92	–0.14
ENERGISA UNT N2	45.20	–1.85	–0.85
QUALICORP ON NM	11.59	–1.02	–0.12
ELETROBRAS PNB N1	49.93	–1.46	–0.74
GRUPO NATURAON NM	16.22	–1.34	–0.22

Mais Negociadas	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	37.11	–0.32	–0.12
VALE ON NM	70.05	+0.07	+0.05
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	26.38	+1.85	+0.48
LOJAS RENNERON NM	27.97	+4.13	+1.11
BRADESCO PN EJ N1	19.13	+1.59	+0.30

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	33.309,51	+1,63
NASDAQ Composite	12.854,804	+2,89
Euro STOXX 50	3.753,61	+0,95
CAC 40	6.523,44	+0,52
FTSE 100	7.507,11	+0,25
DAX 30	13.700,93	+1,23

Salário mínimo	R$ 1.212,00	IGP-M	0,21% (jul.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA	-0,68% (jul.)	Compra: 5,2806	Venda: 5,4606
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(3/8)	13,75%	0,40	até o dia 10/ago	Compra: 5,0491	Venda: 5,0497
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(11/8)	0,74%	BM&F/grama	R$ 288,90	Compra: 5,0842	Venda: 5,0848
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(10/01/2022)	0,0436%	Compra: 5,2383	Venda: 5,2389	Compra: 5,1033	Venda: 5,2833

Economia

MERCADOS

Bovespa fecha acima dos 110 mil pontos pela 1ª vez desde junho

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A queda na inflação nos Estados Unidos (EUA) provocou uma onda de alívio no mercado financeiro global. O dólar fechou abaixo de R$ 5,10 pela primeira vez em oito semanas. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) emendou a sétima alta seguida e recuperou os 110 mil pontos.

O dólar comercial encerrou ontem vendido a R$ 5,085, com recuo de R$ 0,045 (-0,87%). A moeda chegou a cair para R$ 5,03 pouco antes das 10h, mas a queda perdeu força à medida que investidores aproveitaram a cotação baixa para comprarem dólares.

A divisa está no menor valor desde 15 de junho, quando estava em R$ 5,02. Com o desempenho de ontem, o dólar acumula queda de 1,72% em agosto. Em 2022, o recuo chega a 8,8%.

No mercado de ações, o dia também foi marcado pela euforia. O Índice Bovespa (Ibovespa) fechou aos 110.236 pontos, com alta de 1,46%. O indicador está no maior nível desde 7 de junho. Além do alívio no mercado financeiro internacional, a divulgação de balanços de empresas, que tiveram lucros em linha ou acima do previsto, impulsionaram a bolsa brasileira.

A divulgação de que a inflação ao consumidor nos Estados Unidos ficou em 0% em julho e atingiu 8,5% no acumulado em 12 meses desafogou as pressões das últimas semanas no mercado global. Isso porque a desaceleração dos preços reduz as pressões para que o Federal Reserve (Fed, Banco Central norte-americano) eleve os juros básicos dos Estados Unidos em 0,75 na próxima reunião, favorecendo as apostas de um aumento de 0,5 ponto.

Taxas mais altas em economias avançadas estimulam a fuga de capitais de países emergentes, como o Brasil. Caso a inflação norte-americana continue a desacelerar, aumenta a possibilidade de o Fed começar a reduzir os juros na metade de 2023.

IBGE

Vendas do comércio caem 1,4% em junho

AKEMI NITAHARA/ABRASIL

O comércio varejista no país registrou queda de 1,4% no volume de vendas, na passagem de maio para junho. Esta é a segunda redução seguida no setor, que, com isso, acumula retração de 0,8% em dois meses, na comparação com o bimestre anterior. Os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o instituto, o resultado de junho é o pior desde dezembro, quando as vendas registraram queda de 2,9% na comparação mensal. No acumulado do ano, houve alta de 1,4% frente ao mesmo período de 2021. Já nos últimos 12 meses, a perda foi de 0,9%. Na comparação com junho do ano passado, a queda foi de 0,3%.

Por outro lado, a receita nominal apresenta alta em todas as comparações. De maio para junho subiu 0,2%, em relação ao mesmo período de 2021 a alta é de 17,1%, o acumulado de 2022 é de 16,9% e no acumulado de 12 meses a receita nominal do comércio subiu 13,5%.

A retração nas vendas no mês ocorreu em sete das oito atividades analisadas. As maiores influências foram nos setores de tecidos, vestuário e calçados (-5,4%) e em hiper e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,5%). Livros, jornais, revistas e papelaria tiveram queda de 3,8% e Combustíveis e lubrificantes caíram 1,1%.

A receita nominal no mês ficou positiva nos setores de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (2,1%), hiper e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,3%) e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (0,1%). Livros, jornais, revistas e papelaria tiveram queda de 7,1% e tecidos, vestuário e calçados caíram 4,4%.

INFLAÇÃO

O gerente da pesquisa, Cristiano Santos, destacou o fator da inflação nos resultados negativos na venda e positivos na receita.

"A atividade de hiper e supermercados teve uma influência importante da inflação ao longo do primeiro semestre do ano. Entre abril e maio, houve variação de 4% na receita e de 1% no volume de vendas, indicador em que a pesquisa já desconta a inflação. De maio para junho, essa atividade teve queda de 0,5% no volume, mas variou 0,3% em receita. Isso significa que há amplitude menor da inflação, mas o suficiente para que o volume tivesse uma variação negativa, apesar de a receita ficar no campo positivo."

De acordo com ele, o setor de tecidos, vestuário e calçados ainda está 9,9% abaixo do patamar pré-pandemia, em fevereiro de 2020.

"Essa atividade teve uma queda intensa na passagem de maio para junho. Ao longo do ano, houve altas ligadas a uma nova estratégia adotada por essas empresas de também se lançar no comércio eletrônico, de fazer vendas virtuais de forma mais forte do que se fazia antigamente, já que, nesse setor, experimentar um produto antes de comprar é muito importante".

O gerente ressaltou que a única atividade que cresceu em relação a maio foi a de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria, com aumento de 1,3% nas vendas.

"Nesse segmento, o aumento é ligado aos artigos farmacêuticos e reflete a alta nos preços dos medicamentos. Esse é um tipo de produto que, na maioria das vezes, você não consegue substituir. Isso aumenta o dispêndio de uma família que pode ter que gastar nessa atividade e diminuir o consumo em outras", afirmou.

ACUMULADOS

No primeiro semestre de 2022, o varejo acumulou alta de 1,4% nas vendas, após queda de 3,0% no segundo semestre do ano passado, com aumento em seis atividades.

As maiores variações foram em livros, jornais, revistas e papelaria (18,4%), tecidos, vestuário e calçados (17,2%) e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (8,4%).

As quedas nas vendas no período foram registradas nos setores de móveis e eletrodomésticos (-9,3%) e em outros artigos de uso pessoal e doméstico (-2,8%).

A receita nominal do varejo acumulou alta de 13,5% nos 12 meses encerrados em junho, com destaque para combustíveis e lubrificantes (39,8%), tecidos, vestuário e calçados (20,9%) e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (14,0%).

Tiveram queda no acumulado de 12 meses as receitas de móveis e eletrodomésticos (-4,0%) e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-1,1%).

VAREJO AMPLIADO

Os dados da pesquisa mostram que o comércio varejista ampliado, que inclui veículos e materiais de construção, teve queda nas vendas de 2,3% na passagem de maio para junho. A retração foi de 4,1% no setor de veículos e motos, partes e peças e de 1,0% em material de construção.

Nos acumulados, o segmento de veículos e motos, partes e peças teve crescimento de 0,4% no semestre e 3,0% em 12 meses. Material de construção registrou queda de 7,3% de janeiro a junho de 2022 e acumula perda de 7,7% em 12 meses. Considerando o varejo ampliado, houve aumento de 0,3% no semestre e queda de 0,8% em 12 meses.

Na receita nominal, o varejo ampliado registrou queda de 0,9% na comparação mensal, com retração de 3,2% em veículos e motos, partes e peças e de 0,2% em material de construção.

No primeiro semestre, veículos e motos, partes e peças cresceram 17,4% em receita e material de construção subiu 6,6%, somando 15,9% de aumento no varejo ampliado. Em 12 meses, os avanços nas receitas foram de 19,3%, 10,2% e 14,2%, respectivamente.

CLT

STF derruba punição a empresas por atraso no pagamento de férias

HELOÍSA MENDONÇA/FOLHAPRESS

O STF (Supremo Tribunal Federal) derrubou uma súmula do TST (Tribunal Superior do Trabalho), que previa que o pagamento da remuneração das férias em dobro, incluindo o terço constitucional, sempre que o empregador não quitasse os valores em até dois dias antes do descanso do trabalhador.

Ao declarar a inconstitucionalidade do texto, o Supremo invalidou todas as decisões não transitadas em julgado (sem possibilidade de recurso) que tenham aplicado o entendimento. A súmula se baseava no artigo 137 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que prevê o pagamento em dobro quando as férias não são concedidas dentro do prazo de 12 meses. O TST ampliou esse entendimento para incluir também as situações de atraso no pagamento.

Para a maioria dos ministros do STF, não cabe ao TST alterar a abrangência de uma norma para alcançar situações que não estavam previstas no texto legislativo, principalmente quando a norma gera uma punição e, portanto, deveria ter interpretação restritiva.

O relator, ministro Alexandre de Moraes, destacou em seu voto que, embora independentes, os poderes devem atuar harmonicamente, afastando as práticas de "guerrilhas institucionais", não cabendo ao Judiciário ser o poder sancionador.

Para Henrique de Almeida Carvalho, sócio trabalhista do GBA Advogados, como a súmula não é lei, mas uma diretriz, na prática as empresas já não faziam esse pagamento voluntariamente em caso de atraso. Porém, nas últimas décadas, a questão era recorrente em ações trabalhistas. "Como era uma diretriz da cúpula, do TST, gerava um efeito cascata. Os tribunais e a primeira instância geralmente seguiam. Na prática, a grande maioria aceitava essa súmula", explica.

O advogado ressalta, no entanto, que nos últimos anos se iniciou uma flexibilidade. "Os tribunais começaram a aceitar que o atraso acontecesse até o primeiro dia do início das férias. A multa só estava sendo aplicada caso o pagamento não fosse feito depois do primeiro dia de descanso", afirma.

O advogado Cláudio de Castro, sócio da área Trabalhista do Martinelli Advogados, diz que sempre houve um número importante de ações sobre o tema. "E a imposição sobre a multa sempre esteve relacionada se o atraso do pagamento era pequeno ou grande. Os juízes aplicavam mais em atrasos maiores."

Para Castro, a nova decisão é mais um exemplo da queda de braço entre o TST e o STF. "O Supremo tem derrubado orientações trabalhistas e o exemplo mais impactante foi a súmula da terceirização 331, que falava sobre atividade fim e atividade meio. O TST criou uma regra, como se fosse o poder legislativo. O STF já falou que não é constitucional e ela continua em discussão", explica. Na visão de Castro, essa nova decisão também irá criar uma insegurança jurídica.

Diário do Acionista Tels.: (21) 3556-3030 96865-1628

ORÇAMENTO SECRETO

Bolsonaro sanciona LDO de 2023 e mantém as emendas do relator

MATHEUS TEIXEIRA E THIAGO RESENDE/FOLHAPRESS

O presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou, com vetos, ontem a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que dá as bases para a elaboração do Orçamento de 2023 -o primeiro de quem for eleito na corrida presidencial.

Como informou o jornal Folha de S.Paulo na terça-feira, Bolsonaro manteve o uso das emendas de relator, que são distribuídas por critérios políticos e permitem que congressistas mais influentes possam abastecer seus redutos eleitorais. Essa verba deverá ficar em R$ 19,4 bilhões.

Em um dos vetos, o presidente barrou um dispositivo que tiraria poder do relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), que é aliado do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O Congresso aprovou um trecho para que a distribuição dessas emendas seria feita pelo relator e pelo presidente da CMO (Comissão Mista de Orçamento), deputado Celso Sabino (União Brasil-PA), que é ligado ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Hoje, a divisão das emendas de relator é feita em acordos entre Lira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), líderes partidários e o relator. Mas cabe ao relator operacionalizar o uso da verba.

Aliados de Lira articularam o trecho para que Sabino também tivesse protagonismo nas negociações em 2023. Mas o Palácio do Planalto vetou esse artigo. O veto ainda será analisado pelo Congresso.

O chefe do Executivo vetou mais de 30 trechos da norma aprovada pelo Congresso em 12 de julho. A LDO é responsável por estabelecer quais metas e prioridades serão executadas no orçamento da União no ano seguinte.

BC

Situação fiscal piorou para 93% dos economistas consultados

NATHALIA GARCIA/FOLHAPRESS

A situação fiscal do país piorou entre junho e agosto para 93% dos economistas consultados no questionário enviado pelo Banco Central (BC) ao mercado às vésperas da última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária). O resultado foi divulgado pela autoridade monetária na manhã de ontem.

Entre as 94 respostas dos entrevistados, apenas 4% consideraram que não houve mudanças relevantes no cenário fiscal no período, enquanto 3% disseram que o quadro melhorou.

As respostas do questionário enviado aos analistas do mercado financeiro no dia 22 de julho serviram como subsídio para a decisão do comitê sobre a taxa básica de juros (Selic), que chegou a 13,75% ao ano após alta de 0,5 ponto percentual no dia 3 de agosto.

Em julho, o governo Jair Bolsonaro (PL) aprovou uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que liberou benefícios sociais turbinados à população em meio à corrida presidencial.

Na última terça-feira, teve início o pagamento do Auxílio Brasil de R$ 600, do vale-gás de R$ 110 por família a cada dois meses, além das duas primeiras parcelas, no total de R$ 2.000, aos caminhoneiros autônomos. O voucher aos taxistas, por sua vez, será liberado a partir da próxima semana, no dia 16 de agosto.

A emenda constitucional, a um custo estimado em R$ 41,25 bilhões, autorizou a expansão de pagamentos acima do teto de gastos, atropelando a legislação fiscal a poucos meses das eleições.

No fim de junho, em um momento de inflação elevada, o presidente Bolsonaro também sancionou a lei que fixa o teto de 17% a 18% para as alíquotas de ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, transporte e telecomunicações.

O texto inclui ainda redução a zero das alíquotas da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) e de PIS/Cofins incidentes sobre a gasolina e o etanol até 31 de dezembro deste ano.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã 16º Tarde 11º Noite 65% 06:36 17:47 **INVERNO:** Sol com algumas nuvens durante o dia. Chuva a qualquer hora.

EMBAIXADORES

MPE vê propaganda em fala de Bolsonaro e pede multa

JULIA CHAIB E MATEUS VARGAS/FOLHAPRESS

O MPE (Ministério Público Eleitoral) pediu ontem para o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) multar o presidente Jair Bolsonaro por propaganda eleitoral antecipada e a retirada da internet de discurso contra as urnas durante reunião com embaixadores estrangeiros.

Em 8 de julho, Bolsonaro reuniu embaixadores estrangeiros e repetiu teorias da conspiração sobre as urnas para tentar deslegitimar o processo eleitoral. Neste encontro, o presidente repetiu insinuações golpistas e ataques ao TSE e ao STF.

No documento enviado ao TSE, o vice-procurador-geral eleitoral, Paulo Gonet Branco, afirma que o discurso tem "o propósito de desacreditar a legitimidade do sistema de votação digital que será empregado nas eleições vindouras e que tem sido adotado desde 1996."

O YouTube alterou sua política de integridade eleitoral ontem e derrubou o vídeo com o discurso do presidente aos embaixadores.

"A política de integridade eleitoral do YouTube proíbe conteúdo com informações falsas sobre fraude generalizada, erros ou problemas técnicos que supostamente tenham alterado o resultado de eleições anteriores, após os resultados já terem sido oficialmente confirmados. Essa diretriz agora também se aplica às eleições presidenciais brasileiras de 2014, além do pleito de 2018", disse em nota.

"Invectivas contra a confiabilidade das urnas eletrônicas por parte do ilustre representado não são inéditas, como é notório", afirmou o procurador eleitoral.

"Desta vez, elas estão lançadas em período próximo das eleições, veiculando noções que já foram demonstradas como falsas, sem que o representado haja mencionado os desmentidos oficiais e as explicações dadas constantemente no passado", declarou ainda ao TSE.

Na representação, Gonet Branco rebate diversos pontos do discurso de Bolsonaro. O procurador afirma que Bolsonaro declarou aos embaixadores ter vídeos que comprovariam fraudes nas eleições, "mas nunca os apresentou à Justiça Eleitoral".

"O discurso da impossibilidade de auditoria parte da inautêntica suposição de que somente pela impressão do voto poderia ser aferida a legitimidade do processo", afirma a representação.

A Procuradoria pede que sejam removidos das redes sociais e de sites de notícias os vídeos que reproduzem o discurso de Bolsonaro. Gonet Branco apresenta 13 links que levam à fala, incluindo dos perfis do presidente nas redes sociais.

"Não há como ouvir o discurso e o admitir no domínio normativo da liberdade de expressão", afirmou o vice-procurador eleitoral.

Gonet Branco diz ainda que o discurso também visa colocar em dúvida eventual vitória de um oponente de Bolsonaro.

Partidos de oposição também pediram ao TSE a remoção dos vídeos. O MP sugere que sejam reunidas estas ações que tratam da mesma reunião de Bolsonaro com embaixadores.

Nas ações dos partidos de oposição, o PL disse que as falas do presidente foram atos de governo e não se enquadram em ações de campanha.

Procurada, a defesa de Bolsonaro ainda não se manifestou sobre a representação do MP.

Além da retirada imediata dos vídeos, a Procuradoria ainda pede para aplicar multa prevista em artigo da Lei das Eleições sobre propaganda eleitoral antecipada.

Este trecho da lei cita possibilidade de multa de R$ 5 mil a R$ 25 mil, "ou ao equivalente ao custo da propaganda, se este for maior".

Menos de uma hora após a ofensiva de Bolsonaro, o presidente do TSE, Edson Fachin reagiu e, sem citar o presidente, disse que quem divulga informações falsas sobre o sistema eleitoral brasileiro "semeia a antidemocracia".

"É hora de dizer basta à desinformação e basta ao populismo autoritário que coloca em xeque a conquista da Constituição de 1988", concluiu o presidente do TSE.

PARQUE BRISTOL

STJ decide federalizar investigações de chacina em SP de 2006

JOSÉ MARQUES/FOLHAPRESS

A terceira seção do STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu nesta quarta-feira federalizar as ações relacionadas à chacina do Parque Bristol, bairro do extremo sul de São Paulo, ocorrida em 2006, em meio aos chamados Crimes de Maio.

Três homens em um grupo de cinco amigos foram assassinados no local após serem atingidos por tiros disparados por pessoas encapuzadas –um quarto, baleado naquele dia, seria morto meses depois.

Os assassinatos ocorreram durante onda de violência atribuída à facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) contra as forças de segurança do Estado.

A cena do crime, alterada, sugere forma de atuação similar a uma série de outros assassinatos que vinham acontecendo no Estado por parte de grupos de extermínio compostos por policiais militares.

Segundo o voto do ministro relator no STJ, João Otávio de Noronha, estão presentes os requisitos que autorizam o deslocamento dos autos para a reabertura das investigações sobre os assassinatos no âmbito da Justiça Federal.

Noronha afirmou que "estudos posteriores, que não foram considerados à época, sugerem a possibilidade de os fatos estarem relacionados à criminalidade organizada e a uma série de outros crimes praticados no mês de maio de 2006 e em circunstâncias similares".

Isso reconhece, segundo ele, "a inoperância ou incapacidade das autoridades do Estado de São Paulo para a repressão, apuração, punição e adoção de medidas que evitem a repetição de ocorrências similares, em descumprimento das obrigações internacionais de direitos humanos das quais o Brasil é signatário". O voto de Noronha foi seguido pelos demais ministros da seção.

À época, a Polícia Civil de São Paulo instaurou inquéritos para apurar os fatos, mas concluiu pela ausência de elementos suficientes de autoria, encaminhando os autos ao Ministério Público do Estado, que pediu o arquivamento do caso. A Justiça acolheu o pedido e alegou não haver informações sobre autoria, motivação ou envolvimento de policiais.

Em 2016, o então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu ao STJ que a Polícia Federal passasse a investigar a chacina.

Na avaliação da Procuradoria, a apuração policial do caso foi prematuramente interrompida e deixou de avaliar questões importantes para a elucidação do caso, como informações referentes às armas, munições e veículos utilizados ou a identificação das viaturas e policiais que estavam próximos ao local do crime, sem ouvir nenhum policial.

FISCALIZAÇÃO ELEITORAL

De pirraça, Exército diz que não vai indicar substituto para militar

MARIANNA HOLANDA/FOLHAPRESS

O Exército brasileiro criticou o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) ontem e anunciou que não indicará substituto para a vaga do coronel Ricardo Sant'Ana, que foi excluído da comissão de militares que participa da fiscalização das eleições.

Segundo o Exército, a corte eleitoral se baseou em "apuração da imprensa" em sua decisão.

"Baseado em "apuração da imprensa" e de forma unilateral, sem qualquer pedido de esclarecimento ou consulta ao Ministério da Defesa ou ao Exército Brasileiro, o TSE "descredenciou" o militar", diz nota.

"Dessa forma, o Exército não indicará substituto e continuará apoiando tecnicamente o MD nos trabalhos julgados pertinentes", completou.

Em ofício enviado nesta segunda-feira passada ao ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, o presidente do TSE, ministro Edson Fachin, afirma que o militar divulgou nas redes sociais "informações falsas a fim de desacreditar o sistema eleitoral brasileiro".

As mensagens de Sant'Ana contra as urnas foram divulgadas pelo portal Metrópoles.

Nota do Exército diz que, após a publicação da reportagem, a instituição buscou esclarecer os fatos. Mas também defende a indicação de Sant'Ana, que teria ocorrido por sua "inequívoca capacitação técnico-científica e de seu desempenho profissional".

O Exército afirmou ainda ter "consciência de suas atribuições e da isenta competência técnica, da dedicação e do comprometimento de seus profissionais".

A instituição se manifestou dois dias após o ofício de Fachin, que também foi assinado pelo ministro Alexandre de Moraes, que assume o comando do TSE no próximo dia 16.

"Conforme apuração da imprensa, mensagens compartilhadas pelo coronel foram rotuladas como falsas e se prestaram a fazer militância contra as mesmas urnas eletrônicas que, na qualidade de técnico, este solicitou credenciamento junto ao TSE para fiscalizar", escreveu o presidente do tribunal.

Segundo a publicação do Metrópoles, um vídeo divulgado pelo militar comparava o voto à compra de bilhete de loteria.

O coronel também compartilhou texto do deputado Filipe Barros (PL-PR) com críticas às missões de observação eleitoral. "Vão observar o que, se nem o eleitor tem direito de observar se seu voto foi registrado, apurado e totalizado corretamente", questiona Barros, na imagem republicada por Sant'Ana.

O perfil do militar foi deletado das redes sociais, segundo o ofício do TSE.

Fachin comunicou o ministro da Defesa sobre o descredenciamento do militar da equipe de fiscalização das eleições das Forças Armadas. O presidente do tribunal também afirmou que outro nome "habilitado para as funções" poderia ser indicado para integrar o grupo de fiscalização.

Em nota, a Defesa disse que realiza trabalho "técnico" de fiscalização das eleições. "Assim, não há interferência das posições pessoais dos integrantes no trabalho da equipe", afirmou o ministério na ocasião.

A Folha de S.Paulo já havia noticiado que as postagens de Sant'Ana geraram desconforto na Defesa e no Exército. Militares com conhecimento do assunto afirmam, sob reserva, que o coronel já seria substituído do grupo de fiscalização.

Interlocutores do ministro Paulo Sérgio dizem que a forma como o TSE descredenciou Sant'Ana não foi amistosa e tensiona ainda mais o ambiente. O fato de Alexandre de Moraes também assinar o documento foi recebido com receio pelos militares, já que a Defesa espera melhor interlocução com o próximo presidente do tribunal.

VILLA-LOBOS

Governo de SP assina concessão de parques

FÁBIO PESCARINI/FOLHAPRESS

O governo de São Paulo assinou nesta quarta-feira a concessão dos parques Villa-Lobos, Candido Portinari e Água Branca, todos na zona oeste de São Paulo. O consórcio Novos Parques Urbanos assumirá os três locais a partir de setembro. O prazo contratual é de 30 anos.

O consórcio venceu o leilão para concessão dos parques no fim de março. Na época, o então governador João Doria (PSDB) afirmou que a proposta vencedora havia oferecido um valor de outorga fixa de aproximadamente R$ 62 milhões, resultando em um contrato de R$ 124,3 milhões –o valor corresponde à soma da outorga fixa mais os investimentos obrigatórios.

A concessionária é composta pela empresa LivePark (que pertence ao DC Set Group), pelo Grupo Oceanic (que controla o Oceanic Aquarium, em Balneário Camboriú) e por mais quatro empresas dos setores de engenharia e construção, Turita, Era Técnica, Egypt e Pavienge.

Na cerimônia desta quarta, no Villa-Lobos, o governador Rodrigo Garcia (PSDB) disse que a previsão é que nos primeiros seis anos sejam investidos R$ 46,9 milhões do total obrigatório.

A concessionária será responsável pela manutenção e modernização das estruturas existentes, ampliação da oferta de serviços como alimentação, lazer e do estacionamento, além de assumir os custos operacionais, por exemplo, de limpeza e vigilância patrimonial.

"São três parques que permanecem públicos e continuam com entrada gratuita, mas que passarão a ser geridos pela iniciativa privada para desonerar o poder público", disse Rodrigo.

Desde 2019, nove áreas verdes estaduais passaram a ser geridas pela iniciativa privada: Horto Florestal de Campos do Jordão, Zoológico/Zoo Safari, Botânico, Caminhos do Mar, Parque Cantareira e Parque Estadual Alberto Loefgren. Com os três parques que se juntam à lista, o total de investimentos mínimos somam R$ 390 milhões segundo o governo.

Em junho, a o jornal Folha de S.Paulo mostrou que cerca de dois meses após o início de gestão privada, os frequentadores dos parques Horto Florestal e Floresta Cantareira, vizinhos na zona norte da cidade de São Paulo, passaram a pagar por atração, para estacionar o carro ou ainda até 58% a mais pela entrada. Por outro lado, novos serviços passaram a ser oferecidos, alguns deles pagos. Após a concessão, a entrada do Museu Florestal Octávio Vecchi, o Museu Madeira, no Horto Florestal, que era grátis, passou a custar R$ 15.

Segundo o governo as ações da nova administração dos três parques da zona oeste que passaram para a gestão privada nesta quarta-feira, deverão seguir os planos-diretores e preservar as características históricas dos espaços, especialmente no caso do Água Branca.

Os conselhos consultivos continuarão auxiliando na gestão dos parques que, juntos, recebem 14 milhões de visitantes por ano.

De acordo com governo estadual, o concessionário não poderá cobrar ingresso para entrada nos parques. Em contrapartida, o contrato permite a exploração comercial do local com a locação de imóveis, eventos, além da arrecadação com os quiosques destinados à alimentação.

No parque Cândido Portinari, ao lado do Villa-Lobos, está prevista para ser inaugurada ainda este ano uma roda-gigante com 91 metros de altura e 42 cabines de observação com capacidade para até dez pessoas, com ar-condicionado.

O equipamento integra as ações para revitalização do rio Pinheiros e, segundo o governo, será oficialmente a maior da América Latina, superando as instaladas em cidades como Paris e Chicago. A estrutura terá iluminação cênica, projetada para interagir com a cidade.

DEMOCRACIA

Lula receberá liderança da esquerda europeia em SP

O presidente do Partido da Esquerda Europeia (Partei der Europäischen Linken) e futuro presidente da Fundação Rosa Luxemburgo, Heinz Bierbaum, virá ao Brasil neste mês para se reunir com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em São Paulo.

Durante sua passagem pelo país, ele também terá agendas com outros dirigentes e representantes da esquerda brasileira, como o presidente do PSOL, Juliano Medeiros, a coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Sônia Guajajara, e o líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e pré-candidato a deputado federal, Guilherme Boulos (PSOL).

TSE

Moraes será relator da candidatura de Bolsonaro

WEUDSON RIBEIRO/UOL-FOLHAPRESS

A seis dias de tomar posse como presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o ministro Alexandre de Moraes foi sorteado relator do processo de candidatura do presidente Jair Bolsonaro (PL) ontem.

Constante alvo de críticas do mandatário pela atuação no STF (Supremo Tribunal Federal), o magistrado deverá elaborar parecer acerca da licitude da declaração patrimonial apresentada na terça-feira passada pela campanha de Bolsonaro, bem como do plano de governo, organizado pelo general Walter Braga Netto, candidato a vice na chapa em que o presidente tentará reeleição ao Palácio do Planalto.

No documento, a campanha de Bolsonaro reforça a promessa que o chefe do Executivo tem feito de manter o Auxílio Brasil de R$ 600. Em janeiro de 2023, o valor do benefício voltará a R$ 400, a menos que uma nova PEC seja aprovada no Congresso Nacional.

Em outra frente, a minuta não aborda a privatização da Petrobras porque, internamente, o tema é avaliado como polêmico, com potencial de tirar mais votos do que atrair o eleitorado.

Nas eleições deste ano, Bolsonaro seguirá defendendo a flexibilização nas regras de acesso às armas de fogo no país, com a justificativa de contribuir para a pacificação social e preservação da vida.

"Neste segundo mandato, serão preservados e ampliados o direito fundamental à legítima defesa e à liberdade individual, especialmente quanto ao fortalecimento dos institutos legais que assegurem o acesso à arma de fogo aos cidadãos", diz o documento.

PATRIMÔNIO MENOR

O chefe do Executivo declarou patrimônio de R$ 2,3 milhões à Justiça Federal em 2022. O valor é mais de 20% menor que o informado em 2018, quando ele havia afirmado ter R$ 2,9 milhões, em valores corrigidos pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de julho deste ano. Nas duas ocasiões, ele declarou ter cinco imóveis, apresentados ao TSE em 2022 com mesmo valor de quatro anos atrás.

JULGAMENTO

As candidaturas devem ser registradas até 15 de agosto, um dia antes de a propaganda eleitoral ser iniciada oficialmente. Todos os pedidos de registro aos cargos de presidente e vice-presidente devem ser julgados pelo TSE até 12 de setembro. As eleições deste ano estão marcadas para 2 de outubro. Eventual segundo turno será

INVERNO: Chuvoso durante o dia e à noite. Manhã Tarde Noite 23º 16º 85% 06:21 17:34

Direito & Justiça

Decisão do TST põe em xeque diversas terceirizações

Decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) no mês de julho de 2022 chamou a atenção dos operadores do direito do trabalho e, com toda certeza, acendeu enorme sinal de alerta nas empresas. Na demanda em questão, Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais (MPT-MG), o TST condenou a empresa empreiteira contratante ao pagamento de danos morais coletivos e dumping social porque a empresa terceirizada não possuía o capital social mínimo previsto na Lei 13429/17, artigo 4º B.

Importante esclarecer que nesta demanda não houve discussão sobre a possibilidade ou não de terceirização, debate este encerrado com a promulgação da legislação citada. O debate existente limita-se a avaliar o cumprimento dos pressupostos objetivos exigidos pela legislação. E, o grande problema, é que na maioria dos casos de terceirização, as empresas contratantes não têm o cuidado de avaliar se a empresa contratada, de fato, observa os pressupostos.

Rege o artigo 4º B da Lei 13429/17 que são requisitos para o funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros: prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

registro na Junta Comercial; capital social compatível com o número de empregados, observando-se os seguintes parâmetros para empresas com até dez empregados o capital mínimo é de R$ 1dez mil reais, de dez e até vinte empregados passa para 25 mil reais, até cinquenta empregados sobe para 45 mil reais, se tiver até até cem empregados vai para 100 mil reais; e acima disso o capital mínimo é de 250 mil reais.

Vejam que a exigência de capital social mínimo tem como base a quantidade de empregados e o escopo da empresa poder arcar com eventuais verbas trabalhistas. Trata-se, portanto, de requisito formal que a lei exige a fim de que a contratação/terceirização seja válida. Sem o preenchimento de tal pressuposto objetivo na constituição da empresa contratada, entendeu o C. TST irregular a contratação.

Nasce deste entendimento da Corte Maior Trabalhista um risco em potencial para as empresas contratantes e tomadoras de serviços. Obviamente que esta decisão é vista com extrema cautela, pois pode gerar uma enxurrada de novas ações de mesma natureza.

Importante lembrar que a tese adotada pelo MPT, acolhida pelo TST, não é nenhuma novidade, já que calcada em exigência estampada na Lei da Terceirização, e, sabe-se lá por que, é, muitas vezes, inobservado pelas empresas.

A condenação de indenização de danos morais coletivos e dumping social é muito séria e exige uma reavaliação das empresas na sua cadeia produtiva. A terceirização já está inserida no contexto e atividade das empresas, em suas cadeias de produção. A lei de 2017 trouxe a segurança jurídica que faltava para tal instituto. Resta agora a releitura da legislação vigente,e uma reavaliação nas terceirizações vigentes.

Sem dúvidas de que a decisão do TST será um convite a outras instituições fiscalizadoras do país para intensificar os olhares para a terceirização. Agora com uma lupa para a constituição das empresas prestadoras dos serviços.

Fica, então, a importante tarefa do compliance trabalhista a fim de que as empresas analisem seus contratos para amoldá-los às exigências trazidas pela letra da Lei 13429/17, sob pena de enfrentarem processos análogos ao ora destacado. (Interessado no teor da decisão, pesquisar por RR-10709-83.2018.5.03.0025).

Leonardo Jubilut
advogado especializado em direito trabalhista e sócio de Jubilut Advogados

CONCESSÃO DE LICENÇA
ONCOLOGIA REDE D'OR S.A. - CNPJ: 28.000.107/0043-08, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação – SMDEIS, através do processo 14/200.332/2020, a Licença Ambiental Municipal de Operação nº 002973/2022 com validade até 25/02/2032 para a atividade de Ambulatório, Serviços de Quimioterapia e Clínica Médica sem Internação, na Rua Marquês de São Vicente 52, sala 401 - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22.451-901.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA 7TRAN TECNOLOGIA, TRÂNSITO E EDUCAÇÃO S.A
EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO
7TRAN TECNOLOGIA, TRÂNSITO E EDUCAÇÃO S.A
CNPJ 43.173.625/0001-68
Convidamos os senhores acionistas para a reunião de assembleia geral ordinária e extraordinária, que se realizarão no dia 18 de agosto de 2022 às 11h00min na Rua Dona Romana, nº 322, Engenho Novo, CEP 20.710-200, com a seguinte Ordem do Dia: a) Eleição do Conselho de Administração e sua remuneração; b) Remuneração da Diretoria; c) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; d) Reforma do Artigo 5º e 27º do Estatuto; e) Outros assuntos de interesse geral.
Rio de Janeiro, 10 de julho de 2022
Hélio de Melo Lima
Diretor Administrativo

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2022
A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 12/2022 no dia 23/08/2022 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de material médico-hospitalar (BAINHA INTRODUTORA 14 FR, COMPRIMENTO DE 15 A 20 CM COMPATÍVEL COM VÁLVULA PERCUTÂNEA E ENDOPRÓTESE VASCULAR; BAINHA INTRODUTORA PARA CATETER 18 FR, COMPRIMENTO DE 25 A 35 CM COMPATÍVEL COM VÁLVULA PERCUTÂNEA E ENDOPRÓTESE VASCULAR; CATETER BALÃO DE LÁTEX COMPLACENTE ATÉ 46 MM PARA DILATAÇÃO DE ENDOPRÓTESE e etc.) Processo nº. 33409.008719/2020-15. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

EFEITO PELOSI

China promete manter pressão sobre Taiwan após fim de exercícios

IGOR GIELOW/FOLHAPRESS

A China anunciou ontem o fim de suas manobras militares inéditas em torno de Taiwan, mas disse também que irá manter a pressão de forma constante em torno da ilha autônoma cuja absorção é uma das prioridades do governo a comunista.

Os exercícios foram uma resposta à viagem da presidente da Câmara dos EUA, Nancy Pelosi, à ilha nos últimos dias 2 e 3. Foi a primeira visita do gênero, na qual a democrata reafirmou o apoio americano à democracia insular, em 25 anos.

Segundo o porta-voz do Comando do Teatro Oriental do Exército de Libertação Popular, Shi Yi, as ações "completaram de forma bem-sucedida diversas tarefas, e testaram de forma efetiva as capacidades de combate integrado das tropas".

Ao mesmo tempo, Shi sugeriu que a pressão militar agora será, para ficar no clichê pandêmico, o novo normal. "As forças manterão um olho nas mudanças no estreito de Taiwan, mantendo treinamento e preparação para combate, organizando patrulhas de prontidão de combate na sua direção e defendendo de forma resoluta a soberania e integridade nacionais."

Em outras palavras, incursões aéreas e movimentos de navios de guerra podem se tornar uma constante, para relembrar Taipé da determinação do governo de Xi Jinping, ao menos até o congresso do Partido Comunista quer irá reconduzir o líder a um novo mandato em novembro.

Um sinal claro foi o registro, segundo a imprensa taiwanesa, de movimentação de caças no estreito que separa Taiwan do continente nesta quarta. Ao menos 17 deles invadiram a chamada Linha Mediana, que separa extraoficialmente os espaços territoriais em mar e ar no local.

Incursões eram uma constante e foram escaladas desde o começo da Guerra Fria 2.0 entre EUA e China em 2017, mas o jogo foi elevado a outro patamar na última semana.

Os chineses treinaram o bloqueio e a invasão da ilha, focando a logística de linhas de suprimento em caso de guerra, além de ações de ataque aeronaval. Taiwan, por sua vez, também fez exercícios com munição real, elevando o risco de um acidente que leve a uma escalada.

Também nesta quarta, o Escritório de Assuntos de Taiwan do governo chinês divulgou um documento de política reafirmando que a integração da ilha segue sendo uma prioridade nacional e que, se o processo não for pacífico, será por força.

Os EUA apoiam Taipé de forma ambígua desde que reconheceram a China em 1979, aceitando de forma implícita que Taiwan pertence a Pequim. Mas também firmaram um pacto para fornecer armas e prometem intervir em caso de invasão.

O governo de Joe Biden vinha mantendo a pressão sobre os chineses, colocando o Indo-Pacífico como sua prioridade estratégica e reforçando alianças regionais. A Guerra da Ucrânia bagunçou isso, até porque a Rússia de Vladimir Putin é a maior aliada política e militar de Xi.

Biden já admoestou Xi a não se animar com o caso ucraniano e invadir Taiwan, ainda que sejam contextos diferentes. O americano fez vazar que admoestou Pelosi a não ir a Taipé, mas não se sabe se isso foi apenas um diversionismo, já que o desafio pode cair bem entre eleitores às vésperas do pleito parlamentar de novembro no qual o Partido Democrata deverá perder espaço para o Republicano no Congresso.

Pode ser, mas até aqui tudo o que Pelosi conseguiu foi colocar a tensão regional em seu nível mais alto desde a chamada Terceira Crise do Estreito de Taiwan, em 1995 e 1996. Vivemos o que deverá ser chamada de a Quarta Crise, salvo a pressão chinesa moldar um termo mais dramático. As relações com os EUA estão no pior nível em anos.

Isso não interessa a Xi, dado o estado preocupante da economia chinesa, esgarçada pelos lockdowns da política de Covid zero do líder e pela crise do seu mercado imobiliário. A interconexão econômica com os EUA torna o custo de qualquer embate, fora o risco de um vexame militar, algo proibitivo

O mesmo pode ser dito mais pontualmente em Taiwan, que tem no continente seu maior parceiro econômico. Apesar da retórica dura contra Pequim, a presidente Tsai Ing-wen nunca declarou a independência da ilha, por exemplo.

Nesta quarta, ela criticou uma liderança do principal partido de oposição, o Kuomintang. Andrew Hsia viajou para a China para participar de uma rodada de promoção comercial. Isso sinaliza que há dissenso em relação à condução das relações e temor real pelo rufar de tambores de guerra em torno da ilha.

EUA

Em audiência em NY, Trump recusa a responder perguntas

O ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump disse ontem que se recusou a responder perguntas durante uma audiência na procuradoria do estado de Nova York em uma investigação civil sobre as práticas comerciais de sua família.

"Recusei-me a responder às perguntas sobre direitos e privilégios concedidos a todos os cidadãos sob a Constituição dos Estados Unidos", disse Trump em comunicado.

A Quinta Emenda da Constituição oferece proteção contra a autoincriminação.

A procuradora-geral do Estado de Nova York, Letitia James, está investigando se a Organização Trump inflou os valores de imóveis. Trump e dois de seus filhos adultos, Donald Trump Jr. e Ivanka Trump, tentaram evitar depor, mas perderam.

Na noite de terça-feira, Trump disse em uma postagem em seu aplicativo *Truth Social* que veria a procuradora-geral de Nova York nesta quarta-feira.

DEPOIMENTO SIGILOSO

A procuradora disse que sua investigação descobriu evidências significativas de que a Organização Trump, que administra hotéis, campos de golfe e outros imóveis, exagerava os valores dos ativos para obter empréstimos favoráveis e subestimava os valores para obter incentivos fiscais.

Trump, um republicano, nega irregularidades e chamou a investigação de Nova York de politicamente motivada. A procuradora-geral Letitia James é democrata.

Trump em seu comunicado disse: "Uma vez eu perguntei: 'Se você é inocente, por que está aceitando a Quinta Emenda?' Agora eu sei a resposta para essa pergunta. Quando sua família, sua empresa e todas as pessoas em sua órbita se tornam alvos de uma caça às bruxas infundada e politicamente motivada, apoiada por advogados, promotores e a mídia de notícias falsas, você não tem escolha."

BUSCAS DO FBI

"Se havia alguma dúvida em minha mente, a invasão de minha casa, Mar-a-Lago, na segunda-feira pelo FBI, apenas dois dias antes deste depoimento, eliminou qualquer incerteza. Não tenho absolutamente nenhuma escolha porque o atual governo e muitos promotores neste país perderam todos os limites morais e éticos da decência", acrescentou ele.

O FBI fez uma busca na propriedade de Trump na Flórida na segunda-feira passada, em uma escalada da investigação federal sobre se ele teria removido ilegalmente registros da Casa Branca quando estava deixando o cargo em janeiro de 2021.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA 7TRAN TECNOLOGIA, TRÂNSITO E EDUCAÇÃO S.A.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
7TRAN TECNOLOGIA, TRÂNSITO E EDUCAÇÃO S.A
CNPJ 43.173.625/0001-68
Convidamos os senhores acionistas para a reunião de assembleia geral ordinária e extraordinária, que se realizarão no dia 18 de agosto de 2022 às 10h00min na Rua Dona Romana, nº 322, Engenho Novo, CEP 20.710-200, com a seguinte Ordem do Dia: a) Eleição do Conselho de Administração e sua remuneração; b) Remuneração da Diretoria; c) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; d) Reforma do Artigo 5º e 27º do Estatuto; e) Outros assuntos de interesse geral.
Rio de Janeiro, 10 de julho de 2022
Hélio de Melo Lima
Diretor Administrativo

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO - FUJB
CNPJ/MF 42.429.480/0001-50
ATO AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA NACIONAL CN Nº 01/2022
PROCESSO Nº. 27.034-2 – OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DOS LABORATÓRIO ANEXOS, NO ÂMBITO DOS PROJETOS "IMPLANTAÇÃO DE LABORATÓRIOS DE MANUSEIO DE COLEÇÕES EM MEIO LIQUIDO DO MN/UFRJ"E "CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DE LABORATÓRIOS ANEXOS – FASE I – MN/UFRJ" - (ESPAÇO PARA MANUSEIO E GUARDA DE COLEÇÕES NO CAMPUS DO MUSEU NACIONAL). DATA:12/09/2022. Hora: 10h(dez horas). LOCAL: Avenida Pasteur, 280 – Urca, Cidade do Rio de Janeiro – RJ/ Sala de Reuniões da Fundação Universitária José Bonifácio – FUJB. **Valor Estimado**: R$ 28.661.237,64 (vinte e oito milhões seiscentos e sessenta e um mil duzentos e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos). A documentação completa do Edital estará à disposição para consulta e/ou retirada no site HTTP://www.fujb.ufrj.br, podendo também ser retirado, mediante a entrega de um CD-R (lacrado) ou Pen Drive, no Setor de Licitações da FUJB, no horário de 9h às 12h e de 14h às 17h. Quaisquer informações sobre o Edital poderá ser obtidas no Setor de Licitações da FUJB, pelo telefone (21) 3034-5861, ou pelo e-mail slc@fujb.ufrj.br nos horários já indicados. Considerando ainda, a necessidade de evitar aglomerações para prevenir e evitar a disseminação da Covid-19, só será permitido a presença de 01 (um) representante de cada empresa na sessão.
Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2022.
Cláudio Francisco de Siqueira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

OBRAS DE ARTE

Filha é presa acusada de roubar da mãe R$ 720 milhões

Uma mulher foi presa no Rio de Janeiro sob suspeita de roubar da própria mãe mais de R$ 720 milhões em obras de arte. Entre os quadros estão obras de Tarsila do Amaral e Di Cavalcanti. Também foram roubadas joias e feitas transferências bancárias. A idosa, Genevieve Rose Coll Boghici, tem 82 anos e foi mantida em cárcere privado por cerca de um ano. A suspeita dos crimes é sua filha, Sabine Boghici, que tentou carreira como atriz e cantora e ostenta um ativismo ferrenho de protetora de animais. Ao todo, quatro pessoas foram presas por agentes do DEAPTI (Delegacia Especial de Atendimento à Pessoa da Terceira Idade), e um homem e uma mulher estão foragidos. A polícia foi a 14 endereços e divulgou ter recuperado 11 obras de arte. Foram roubados e vendidos 16 quadros para galerias de arte. Uma das galerias, que fica em São Paulo, comprou três obras com valor estimado em R$ 300 milhões.

Ainda segundo a polícia, pelo menos duas dessas obras foram revendidas para o Malba (Museu de Arte Latino-Americana de Buenos Aires). Em nota enviada por sua assessoria de imprensa, o fundador do museu, Eduardo Costantini, afirma, no entanto, que as aquisições foram feitas para sua coleção privada, e não para o acervo do museu. O dono da galeria de arte paulista disse à polícia que não desconfiou de que as obras eram roubadas da idosa. Ele afirmou conhecer a família e ter recebido os quadros da própria filha da proprietária. O perito Nilton Taumaturgo, Instituto de Criminalística Carlos Éboli, fez uma avaliação preliminar das obras e atestou o valor dos quadros encontrados. "Posteriormente, será feita uma avaliação mais complexa laboratorial. É incontestável que as obras são verdadeiras. Apenas uma obra está com a moldura danificada", afirmou o perito.

Segundo a polícia, as obras serão encontradas serão devolvidas à proprietária. A idosa foi casada com Jean Boghici, que era colecionador e negociador de arte, e herdou os quadros após a morte do marido, em 2015. Sabine, a mulher presa suspeita dos crimes, é filha do casal. Em setembro de 2012, um incêndio destruiu parte do acervo do casal, que vivia em uma cobertura em Copacabana, na zona Sul do Rio. Entre as perdas estavam obras importantes de artistas como Di Cavalcanti e Alberto Guignard, respectivamente "Samba" (1925) e "A Floresta".

Também foram perdidas as obras "A Mulher e o Galgo", de Vicente do Rego Monteiro, "A Leitura", de Lasar Segall, uma tela do uruguaio Joaquín Torres-García e outra do francês Nicolas Antoine Taunay.

Cerca de 15 das 150 obras do acervo do casal Boghici foram queimadas na ocasião. Entre as pinturas que se salvaram do incêndio estão três obras de Tarsila do Amaral e a famosa "O Beijo", de Rodin, da década de 1880. O casal tinha 14 gatos e dois cachorros. Dois gatos morreram no incêndio. "Foi o pior de tudo. Perdemos nossas gatinhas prediletas", disse Geneviève ao jornal Folha de S.Paulo na época.

De acordo com a Polícia Civil do Rio de Janeiro, a idosa foi abordada por uma mulher que se passou por cartomante, que disse que a filha estava doente e morreria em breve. A quadrilha de falsos videntes agia havia cerca de 20 anos e convenceu a idosa de que as obras estavam amaldiçoadas. Entre janeiro e fevereiro de 2020, foram realizadas pelo menos oito transferências no valor de R$ 5 milhões. O valor total das joias roubadas é estimado em R$ 6 milhões. Após o início do tratamento, a idosa foi isolada do convívio com outras pessoas.